

Painel quebra, governo foge, CLT emperra - Uma inesperada e inexplicada quebra do sistema eletrônico de votação da Câmara dos Deputados tumultuou mais uma vez a apreciação e a votação do projeto que modifica a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Chegou a haver votação nominal do projeto do governo, derrotado por 197 votos a 1, com duas abstenções. Mas eram necessários ao menos 257 votos para que a decisão fosse válida. Nova votação deve ocorrer na semana que vem.

Antes da falha, o presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), chegou a anunciar a derrota do governo na votação simbólica (por meio de acenos dos deputados). Os governistas pediram verificação de quórum e nova votação, por meio do painel eletrônico, foi realizada, sem sucesso. (*Folha de São Paulo, 29/11/2001*)

FHC mantém urgência e quer votação na terça - Mesmo com o tumulto nas sessões e três tentativas frustradas de votação, o presidente Fernando Henrique Cardoso reafirmou a líderes governistas que vai manter o pedido de urgência para a votação do texto que modifica a CLT.

Segundo o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), FHC disse que o projeto é importante para o país e que a sessão de anteontem mostrou que o governo tem maioria no Congresso. Inocêncio afirmou que a proposta será votada na próxima terça-feira "com ou sem painel eletrônico".

Os partidos de oposição, que concordam com a votação pelo sistema de chamada nominal, intensificaram o trabalho de mobilização nos Estados. "Esperamos que a mobilização produza efeitos suficientes para derrubar o projeto na próxima semana", disse o líder do PT, Walter Pinheiro (BA). O PT vai divulgar os nomes dos deputados que até agora votaram contra a proposta. (*Folha de São Paul, 30/11/2001*)

FHC tenta a "flexibilização" desde o 1º mandato - Em novembro de 98, o governo enviou ao Congresso proposta de emenda constitucional flexibilizar o artigo 7º, que trata dos direitos dos trabalhadores - entre eles férias, 13º, FGTS e licença-maternidade, elaborada por Edward Amadeo, então Ministro do Trabalho. Dois meses depois, no início do novo mandato de FHC, Amadeo perdeu o posto para Francisco Dornelles e, depois, as propostas foram retiradas. Dornelles comprou a disputa pela mudança do artigo 7º, mas com a reação contrária das centrais sindicais à mudança e a repercussão na opinião pública fizeram o ministro anunciar no final do ano passado uma trégua. O governo desistia de alterar o artigo da Carta, mas adiantava que a flexibilização viria de forma mais suave. Em agosto deste ano, o projeto ficou pronto.

Dornelles ensaiou um debate sobre o tema com as centrais e, em outubro, o projeto de lei que altera a CLT foi enviado ao Congresso com pedido de urgência. (*Folha de São Paulo, 29/11/2001*)

Manifestação em Brasília começa no aeroporto - Na próxima terça-feira, 4, a partir das 7 horas da manhã, a CUT planeja nova concentração no aeroporto de Brasília para recepcionar os parlamentares e continuar o lobby contra a aprovação do PL 5.483/0. Às 15 horas, haverá concentração na entrada do Anexo II do Congresso para se discutir o que fazer. Nesse mesmo dia e talvez no seguinte a CUT realizará, em todo o país manifestações, panfletagens, até paralisações onde for possível, desde o início da sessão, por volta das 13 horas. Uma sugestão é instalar aparelhos de TV em praça pública conectada à TV Câmara, que transmite ao vivo toda a sessão. (*informacut 84, 30/11/2001*)

Governo estuda redução dos encargos sociais - O Governo Federal estuda reduzir a pesada carga tributária que incide sobre a folha de pagamento paga pelos empregadores. A boa notícia foi dada pelo ministro da Previdência Social, Roberto Brant, que esteve em Fortaleza. Sem o pesado ônus das contribuições devidas ao INSS, que acumuladas podem chegar até a 23%, os empresários teriam fôlego financeiro para aumentar a oferta de emprego. E mais pessoas no mercado formal significa maior número de contribuintes previdenciários. "É a maior carga tributária do mundo", ressaltou Brant. Qualquer empresa brasileira paga mensalmente ao INSS 20% sobre o valor bruto da folha de pagamento de seus funcionários e terceirizados. Também vai para os cofres da Previdência o Seguro de Acidentes de Trabalho (SAT), que vai de 1% a 3% - o percentual mais alto é aplicado à indústria. E tem ainda outros 5,8%, só que estes são pagos a terceiros, como Sesc, Senac e salário-educação.

O ministro afirmou que a idéia é eliminar aqueles pesados 20% e criar outros encargos de arrecadação. Indagado se estes novos tributos somados não seriam apenas uma nova maquiagem para o mesmo valor tributário praticado hoje, Brant assegurou que não porque se assim fosse não se atingiria o objetivo número um da Previdência: ter mais gente pagando pelos benefícios sociais.

Mesmo com esta cruel tributação, sem contar com as contribuições individuais de empregados, que vai de 8,5% a 11%, e autônomos, o déficit da Previdência Social é de R\$ 12 bilhões. Montante que o ministro não considera tão elevado se comprado ao sistema previdenciário dos servidores públicos, que atende 2,5

milhões de beneficiários e é administrado pelo Ministério do Planejamento, segundo Brant: ""R\$ 46 bilhões, enquanto pagamos benefícios a 20 milhões de pessoas, dos quais uma grande parte nunca contribuiu"". (O Povo, 30/11/2001)

Emenda provoca nova divergência entre Força e CUT - Depois de se posicionarem de lados opostos na questão da reforma da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a CUT e Força Sindical voltam a bater-boca novamente. Desta vez, o objeto da briga é a emenda ao projeto de lei do vice-líder do PTB, o deputado federal Fernando Gonçalves (RJ), que foi aprovada ontem e amplia os poderes das centrais sindicais.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, está se apoiando na emenda para defender o projeto de reforma da CLT, que deve ser colocado mais uma vez em votação hoje. Segundo ele, a emenda aprovada ontem permite que as centrais sindicais possam fazer negociações com as empresas no lugar de sindicatos fracos. "O argumento de que o projeto prejudica os trabalhadores representados por sindicatos fracos não têm mais valor. As centrais terão poder para assumir as negociações."

Para o presidente da CUT, João Felício, o Paulinho está querendo usar a emenda para maquiar o prejuízo que a reforma da CLT trará para os trabalhadores. "Essa emenda não vale nada. As centrais sindicais já estão autorizadas hoje a negociar em nome dos sindicatos. A CUT já foi convidada a fazer várias negociações. A emenda não muda o caráter do projeto."(Folha Online, 29/11/2001)

Argentina – semana terminó con protestas y represión

Neuquén - Una manifestación de ceramistas que acaban de ser despedidos por el cierre de la fábrica Zanon y de estatales que se resisten al cobro de sueldos con Lecop culminó con nueve heridos en el hospital y 19 personas detenidas en distintas comisarias. La batalla entre policías y manifestantes comenzó al mediodía en la puerta de Casa de Gobierno y se expandió por las calles del centro de la ciudad.

Los gremios que agrupan a los empleados públicos, a los trabajadores ceramistas y organismos defensores de los derechos humanos realizaron a última hora de la tarde una nueva movilización para protestar por la represión del mediodía.

También lo hicieron en rechazo a los bonos que aquí todavía no circulan, porque la Legislatura no le aprobó al gobierno de Jorge Sobisch, del Movimiento Popular Neuquino, el acuerdo firmado con Nación, ni la autorización de endeudamiento para recibir Lecop.

La Central de Trabajadores Argentinos (CTA) condenó "la brutal represión y la posterior detención" de los trabajadores en Neuquén. Además, cuestionó un proyecto gubernamental de la provincia que prevé quitarles los fueros que amparan a los dirigentes sindicales.

Córdoba - Los trabajadores estatales provinciales realizaron ayer la mayor movilización -estimada en 10 mil personas- contra el gobernador José Manuel de la Sota, desde que asumió el cargo hace dos años y medio, en rechazo al ajuste que proyecta aplicar en el sector público, consistente en jubilaciones obligatorias o anticipadas para unos 13 mil agentes y una eventual reducción salarial.

Si bien la protesta se desarrolló pacíficamente, en un incidente un grupo reducido de manifestantes destruyó a pedradas los vidrios, la puerta y las ventanas de la sede del PJ y después, cerca de la Casa de Gobierno, arrojó bombas de estruendo y algunas piedras contra efectivos policiales que lesionaron a seis de ellos.

El gobernador dijo que le daba "mucha pena el paro porque no hay ningún motivo gremial para hacerlo" en razón de que su gobierno "aún no ha tomado ninguna medida."

Santa Fe- Siete piqueteros que reclamaban planes sociales resultaron heridos y dos fueron detenidos cuando la policía local, que también registró 4 efectivos contusos, desalojó a un grupo de 30 manifestantes que por 90 minutos mantuvieron cortado ayer el acceso oeste a la ciudad, donde concluye la autopista Santa Fe-Rosario.

El grupo de piqueteros que se enfrentó con la policía reside en el barrio Barranquitas Oeste, muy próximo a la zona de los incidentes, y reclamaba el pago de doce planes sociales y la renovación de otros diez, que caducaron ayer.

Protesta contra el recorte en Salud - Medio centenar de manifestantes con barbijos (*mascara cirurgica*) que cubrían sus rostros marcharon ayer hasta el Ministerio de Salud para reclamar que se garantice la calidad de los medicamentos distribuidos a unas 20.000 personas con HIV que viven en el país.

Con una gran bandera blanca con la leyenda "El derecho a la vida no ajusta" y carteles con la foto retocada del ministro de Salud, Héctor Lombardo, con un parche en el ojo y la inscripción "Responsable", los

participantes de la Segunda Marcha de los Barbijos reclamaron que no se concrete el recorte del presupuesto del Programa Nacional de Lucha contra el Sida, que, según dijeron, se reduciría un 35% el año próximo. (*La Nación*- 01/12/2001)

Consulta Popular para crear un seguro de desempleo para más gente - En las puertas de fábricas, oficinas, supermercados, iglesias y escuelas, o en barrios de todo el país, el 13, 14 y 15 de diciembre se votará contra la pobreza y por un seguro de empleo y formación para jefas o jefes de hogar desocupados.

Al menos 20 mil urnas para la consulta popular, con veedores internacionales y mecanismos de organización y control cuidadosamente establecidos servirán para que los argentinos digan sí o no a un debate sobre cómo distribuir de la riqueza del país y, a partir de ello, proponer alternativas para salir de la crisis actual.

La consulta es impulsada por el Frente Nacional contra la Pobreza, por el Trabajo y la Producción que forman diputados nacionales de varios partidos, la Central de Trabajadores Argentinos, la Federación Agraria, la Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios, el Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, ATTAC, organismos de derechos humanos, entidades religiosas, economistas, dirigentes de la Federación Universitaria, organizaciones de jubilados, académicas y sociales.

El Frente no logró en el Congreso nacional un soporte institucional para la consulta —inédita en el país— pero sí lo logró en legislaturas provinciales y municipalidades. Así dio un paso en la utilización de un recurso constitucional aún no reglamentado: la consulta directa a los ciudadanos como se hace efectivamente en otros países. "Profundizamos la democracia y queremos conseguir un millón de votos", dijeron ayer los organizadores.

En la consulta se votará discutir un plan redistributivo basado en un seguro de empleo y formación para los desocupados de 380 pesos mensuales, una asignación de 60 pesos por hijo hasta 18 años y otra para jubilados sin cobertura previsional. (*Clarín*, 28/11/2001) - *Vea mas noticias sobre la Consulta en [Sindicato Mercosur](#)*

Condiciones de la CGT para el diálogo - Rodolfo Daer decidió no concurrir a la concertación con sectores sociales impulsada por el Gobierno si éste no modifica el decreto de asignaciones familiares dictado a principios del actual, que es considerado por los sindicalistas como "una rebaja salarial encubierta". Durante una conferencia de prensa posterior a la reunión de ayer del consejo directivo de la central obrera, Daer reclamó que el Gobierno ofrezca "como punto de partida del diálogo la vigencia del sistema anterior de asignaciones familiares".

La CGT, de esta manera, ratificó orgánicamente su dureza frente al llamado oficial al diálogo, y aunque Daer aseguró que la central "valora la convocatoria", dijo que se mantenía inflexible a la espera de una respuesta del Gobierno. Por eso, no cerró del todo las puertas a una eventual concurrencia sindical; agregó que se debían analizar temas "fuera de la agenda" oficial y declaró a la CGT en sesión permanente para cambiar de postura si el Gobierno cambiaba de actitud.

El sindicalista hizo un diagnóstico de la política económica y enumeró las dificultades que, a su entender, deben ser superadas y enfatizó la necesidad de "recuperar empleo y producción" y de "reactivar el consumo, sin despido de personal". Por eso, si bien dijo que veía bien la concertación convocada por el Gobierno, juzgó imprescindible que haya "políticas arancelarias vía reembolso con Brasil, una defensa de la industria de la construcción, una política tributaria seria, un ataque al desempleo y una defensa del sistema solidario de asignaciones familiares y de obras sociales". (*La Nación*, 30/11/2001)

Moyano NO se suma al diálogo - "Seguimos en la misma postura: si el Gobierno no muestra voluntad política de cambiar el modelo económico, si no responde a algunas de nuestras inquietudes, no iremos a la convocatoria", argumentó Piumato. De esta forma, la central disidente ratificó la postura de no concurrir a la concertación antes de que el Gobierno suspendiera el encuentro hasta la semana próxima. Moyano, a la vez, pretende que el Gobierno normalice el PAMI. (*La Nación*- 30/11/2001)

Lea otras noticias sobre el tema em Sindicato Mercosur ([29/11/2001](#) ; [28/11/2001](#))

Ministro uruguayo rechazó las demandas sindicales - El ministro de Economía, Alberto Bensión, recibió ayer a dirigentes del PIT-CNT y a una delegación de trabajadores de Bella Unión pero rechazó sus reclamos de cambiar el rumbo de la política económica y aplicar subsidios a la industria azucarera. El secretario de Estado consideró que las propuestas de la central obrera no son viables.

La respuesta del ministro generó malestar en la central sindical y en los trabajadores de Artigas, quienes emprendieron el retorno a Bella Unión sin haber cumplido el objetivo de llevar una respuesta favorable a sus

demandas, dijo el dirigente del PIT-CNT, Juan Castillo, que señaló que "el único camino" que abrió el ministro fue el de analizar la posibilidad de incluir en el seguro de desempleo a los trabajadores zafrales.

Como respuesta a los rechazos del gobierno, la central sindical se propone impulsar el año próximo una estrategia tendente a lograr "la unidad de acción" de todos los gremios y movimientos sociales, informó Castillo. También promoverá la conformación de alianzas con sectores "de la industria y de la producción" que fueron afectadas por la recesión del país, a los efectos de lograr reunir a los descontentos para intentar modificar la política económica que lleva adelante el gobierno. (*El Observador*, 01/12/2001)

Paro General Parcial 29/11. La población montevideana se volcó en gran medida a la calle para recibir a los trabajadores que en la madrugada del miércoles comenzaron una larga marcha desde Bella Unión. Esta actividad fue comenzada por desocupados de Artigas, trabajadores de citrus nucleados en Sudora y horticultores de Salto en rechazo al desempleo y "los sueldos de hambre que promueve este gobierno".

Y, la central obrera se plegó a esta propuesta y llevó adelante una detención parcial en varios sectores y en otros, como el magisterio donde la paralización fue de 24 horas.

En este marco de esta actividad se convocó a la población en general a concentrarse desde las 10.30 en el Obelisco, desde donde se marchó a pie hasta el Edificio Libertad.

La muestra de afecto y de apoyo hacia los compatriotas del Interior se hizo sentir durante todo el trayecto. Sin embargo la emoción fue ganando a los "peludos" cuando grupos de ciudadanos y de trabajadores se sumaban en Montevideo a la marcha o simplemente les demostraban su apoyo.

Esta movilización se realizó bajo la consigna "Porque otro Uruguay es posible" y en reclamo de un "Uruguay productivo con justicia social".

En esta oportunidad la plataforma fue: "Contra la política económica y por políticas urgentes para solucionar la crisis social y productiva, en defensa del patrimonio nacional, por trabajo y salarios dignos, por negociación colectiva y libertades sindicales, no a la desregulación laboral, por cobertura de salud para todos los uruguayos, basta de impuestos al trabajo y al consumo, verdad y justicia". (*República* 30/11/01)

Salários não acompanham aumento do número de empresas, revela IBGE - Os trabalhadores brasileiros tiveram, entre os anos de 1996 e 1999, um número 20,7% maior de empresas devidamente constituídas para trabalhar. Do total, o maior crescimento se deu entre aquelas que atuam no setor de Serviços - 34,9%.

Por outro lado, No mesmo período, houve queda no salário médio mensal pago aos trabalhadores de 7,1%. Se em 1996 os empregados recebiam, em média 5,6 salários mínimos, em 1999 passaram a receber somente 5,2 salários mínimos, conforme divulgou nesta sexta-feira (30) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Entre 1996 e 1999 o número de pessoas assalariadas, porém, cresceu 5,8% (passando de 23.814.29) – na indústria, apesar do número de empresas ter aumentado em 12,2% houve uma queda de 4,1% no número de pessoas ocupadas assalariadas.

Os dados revelam que, há dois anos, 92,2% das empresas brasileiras eram ocupadas por, no máximo, 9 pessoas, o que dá um caráter de micro a essa empresa. Esse número representa, ainda, uma alta de 21,3% ante os números de 1996. Essas empresas empregam 11,9% do pessoal ocupado assalariado do país e pagam 5,8% dos salários e outras remunerações.

Já as empresas com mais de 500 trabalhadores somavam, em 1999, apenas 5.259 unidades (0,1% do total de empresas), mas empregavam 45,9% do pessoal ocupado assalariado e respondiam por 62,3% dos salários pagos. O número dessas empresas, classificadas como grandes, aumentou apenas 1,5% nesses três anos comparativos.

O estudo aponta também para uma certa concentração das empresas. Em 1999, 51,6% do total das empresas, estavam localizadas na Região Sudeste (o Estado de São Paulo abrigava 59,4% das unidades locais e 30,2% do país); o Sul comportava 23,5% das empresas do país, o Nordeste 15%, Centro-Oeste 6,7% e o Norte (132.529 mil). Mas comparando-se os dados em relação a 1996 nota-se na região Norte cresceu 37,1% o n. de empresas instaladas e no Nordeste 33,1%, enquanto que no sudeste houve uma queda de 16% nessa participação.

Trabalhadores com contrato ganham 20% a mais - De acordo com o último Boletim Mercado de Trabalho do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), publicado em junho deste ano, enquanto um trabalhador com registro em carteira ganha em média R\$ 707, os trabalhadores sem registro e os que trabalham por conta própria têm rendimentos médios de R\$ 594 e R\$ 582. O boletim utiliza dados sobre rendimentos dos trabalhadores de junho de 2000.

Os rendimentos dos trabalhadores formais só perdem para os do setor informal em duas das seis regiões metropolitanas em que a pesquisa mensal de emprego (do IBGE, utilizada pelo Ipea em seu boletim) é feita. Em Porto Alegre (RS), os salários dos trabalhadores registrados são 7,6% menores do que os que trabalham sem carteira assinada. Em Belo Horizonte (MG) essa diferença é de 1,1%.

Mesmo para esses 35 milhões de excluídos da legislação, a mudança da CLT deve ter impactos, já que potencialmente eles concorrem pelas mesmas vagas de emprego dos trabalhadores formais. O total de empregados no Brasil é de 62 milhões de trabalhadores. Além dos 35 milhões no mercado informal e dos 22 milhões protegidos pela CLT, outros 5 milhões são funcionários públicos (os estatutários e os militares), que têm legislação trabalhista específica. (*Folha de São Paulo*, 30/11/2001)

Gremios empresariales y CGT convocan a la unidad - Los empresarios nucleados en el denominado Grupo Productivo -conformado por la Unión Industrial Argentina (UIA), la Cámara de la Construcción (CAC) y Confederaciones Rurales (CRA) - junto a los banqueros y los gremialistas de la CGT, manifestaron anoche a través de un comunicado que observan con "suma preocupación" la dimensión de la crisis económica y reclamaron "una profunda unidad de todos los sectores representativos de la sociedad tras las medidas que permitan recuperar demanda y competitividad".

Ayer los representantes de estas entidades evitaron todo tipo de aparición pública. En cambio, se multiplicaron las reuniones, en grupos de no más de cuatro o cinco directivos, en oficinas particulares y domicilios. A lo largo de la tarde, a medida que arreciaban rumores sobre dolarización y cambios en el Gabinete, los empresarios fueron consensuando junto a la CGT de Rodolfo Daer un documento que apela al consumo y la reactivación. Fue lo único en lo que se pudieron poner de acuerdo.

Pero no lograron terminar de limar las diferencias de fondo, que representan por un lado el pedido de políticas activas y más impuestos a las empresas que más ganaron en los últimos años (impulsado por el Grupo Productivo), frente a la exigencia de recorte en el Presupuesto 2002 y cumplimiento del déficit cero (Consejo Empresario y ABA). (*Clarín*, 01/12/2001)

Andes: MEC altera acordo fechado com professores - Representantes do sindicato dos professores (Andes) e do Ministério da Educação ficaram reunidos do início da noite de ontem até às 4h da manhã de hoje negociando o acordo fechado para encerrar a greve. Segundo a diretoria da Andes, o MEC fez alguns alterações na proposta inicialmente acertada. Então, tudo foi renegociado. Mesmo assim, o acordo foi fechado.

As mudanças - o governo não promete mais contratar dois mil professores no próximo ano - alegando que 2002 é um ano eleitoral e que as contratações não podem ser feitas após julho, no novo texto o governo se compromete a contratar mil professores e outros mil só se for possível; nem todos os professores federais terão a equiparação do valor da sua gratificação por desempenho com o valor pago aos docentes universitários. Segundo Andes, pelo texto fechado, cerca de 90% terão a possibilidade desse aumento. A Andes pedia que as regras da gratificação fossem mudadas para que 100% dos professores fossem atendidos. (*GloboNews.com*, 01/12/2001)

El paro en Clínicas (Paraguay) seguirá hasta la semana próxima - Los médicos, enfermeros y trabajadores en general del Hospital de Clínicas ratificaron ayer en asamblea que no aceptan el reajuste salarial del 15% que les otorgó la Cámara de Senadores. Ellos insisten en que el reajuste sea del 100% y argumentan que son los peores pagados del sector de la salud, ya que ganan sueldos inferiores a sus colegas de otros hospitales públicos.

Pese a que las instancias parlamentarias están agotadas para conceder el aumento de sueldo, la intención es solicitar un pedido de ampliación del presupuesto el primer día hábil del período parlamentario. Una comisión del hospital estuvo ayer en el Parlamento para obtener información acerca del 15% de reajuste salarial aprobado por Senadores, que debe ser aceptado por la Cámara de Diputados para ser efectivo.

En Clínicas un médico de guardia gana alrededor de 1.200.000 guaraníes y hay personal contratado que percibe apenas cuatrocientos mil guaraníes. (*ABC Color*, 01/12/2001)

Obreros de Antelco- PY firmaron acuerdo de reforma - Representantes sindicales de trabajadores de Antelco y el ministro de la Secretaría de la Reforma, firmaron anoche el acuerdo de aceptación de la propuesta gubernamental de indemnización con el cálculo de dos salarios devengados por cada año de antigüedad sin hacer correr los juicios entablados contra el proceso de privatización y dejar de reclamar además la opción preferencial de compra.

El titular de la Reforma dijo que la propuesta inicial fue aprobada sin modificación, aunque aclaró que existen cuestiones operativas que guardan relación con el desempeño de los trabajadores en el marco que se había comprometido. Explicó que la renuncia de los obreros se materializará en base a un documento

que se anexará al firmado anoche para luego acogerse a los beneficios del retiro voluntario y un contrato inmediato, que será un tercer documento, a ser suscrito por los funcionarios para comenzar a trabajar en Copaco S.A. Deberá suscribirlos personalmente cada uno, y existe una cláusula en la que se aclara que el que no firma será despedido por el Código del Trabajo.

El presidente de Copaco S.A., Oscar Stark, manifestó que los funcionarios de la ex Antelco, que desde hoy tienen antigüedad cero dentro de la nueva empresa, serán recontratados por la Copaco S.A. y cobrarán sus sueldos hasta que esta sea vendida el próximo 7 de marzo. "Hasta ayer tenían tiempo los trabajadores de la ex Antelco para renunciar y poder así acogerse a los beneficios ofrecidos por el Gobierno, sobre el pago de 2 salarios por año de antigüedad. Quienes no renuncien serán indemnizados solo en base a lo que establece el Código Laboral", apuntó.

El secretario de Estado dijo que el ofrecimiento del pago de 2 salarios por cada año de antigüedad a los funcionarios se realizará dentro del plan de retiro voluntario, para lo cual los trabajadores deberán pedir su desvinculación de la empresa. (ABC Color, 01/12/2001)

Cambios en la directiva de la CIOSL - El Secretario General de la Confederación Internacional Organizaciones Sindicales Libres CIOSL, Guy Ryder, dirigirá la organización a partir del inicio del año venidero. Entre tanto, el Comité Ejecutivo de la CIOSL debatió el cometido y la eficacia del movimiento sindical internacional durante "La reflexión del Milenio". Entre las primeras conclusiones adoptadas en el mismo tenemos que el movimiento sindical internacional reforzará su identidad común con la denominación "Sindicatos Mundiales", al servicio de la juventud, las mujeres y de la lucha contra la brecha digital.

El Comité, reunido en Bruselas del 21 al 23 de noviembre, aprobó el desarrollo de la agrupación sindical "Sindicatos Mundiales" ("Global Unions") como identidad común para el movimiento sindical internacional y plataforma común para campañas internacionales. La agrupación "Sindicatos Mundiales" lanzará una iniciativa para la juventud. Su objetivo es, por una parte, informar a la juventud trabajadora de todo el mundo sobre el potencial de mejora salarial, condiciones de trabajo y protección laboral, implícitos en la afiliación a un sindicato y, por otra, reforzar la sindicalización de la juventud trabajadora a través de un accionar internacional específicamente destinado a tal fin. (ORIT, Reporte de Prensa – 29/11/2001)

Argentina sigue la reducción de los aportes sociales

Proyecto para obras sociales - El Gobierno está dando las puntadas finales a un proyecto de ley para mejorar el financiamiento del sector de la salud. Se trata de la modificación de los porcentajes de aportes al Fondo Solidario de Redistribución por tramos de salarios, para obras sociales sindicales y de dirección.

"Las escalas previstas son del 10, 15 y 20% y no implican un mayor aporte por parte del empleador ni del empleado", explicó Rubén Cano, superintendente de Salud. "Ese porcentaje se mantiene en el 8% (5% por parte del empleador y 3%, del empleado), pero con una redistribución entre las obras sociales con mayor ingreso per cápita a aquellas de menor ingreso".

Además, el proyecto de ley prevé eximir a las obras sociales del pago del impuesto a las transacciones financieras. Y establece que los aportes deben hacerse por el salario mínimo del convenio.

"Esto permite aumentar el Fondo Solidario a unos 500 millones anuales —explicó Cano—. y acercarnos a la distribución de 20 pesos per cápita previsto en el decreto 1400/01 y asegurar la transferencia de 1,50 pesos mensuales por beneficiario en forma automática para prestaciones de alto costo". (La Nación, 30/11/2001)

Reducción del aporte jubilatorio - Los sueldos de noviembre que están siendo pagados por las empresas en estos días incorporan ya un aumento del ingreso de bolsillo por la reducción del aporte jubilatorio del 11 al 5%. La medida, que rige por un año, prorrogable otro más, implica una mejora en el ingreso que puede oscilar entre el 4 y el 7,2% según el salario del trabajador. Y beneficia a 3,8 millones de trabajadores en relación de dependencia que están registrados.

Están excluidos del beneficio los autónomos y los monotributistas que siguen pagando el mismo aporte. Y no comprende a los asalariados provinciales de las Cajas jubilatorias que no fueron transferidas al sistema nacional. Así, la mejora en el ingreso de bolsillo abarca a una cuarta parte de los 15 millones de activos.

La mejora no implica un mayor costo para las empresas porque la remuneración bruta no sufre ningún cambio. Como se reduce el aporte, quien está afiliado a una AFJP depositará menos con lo que, en definitiva, la mejora salarial presente se financia con una jubilación futura menor. Los que están en el sistema estatal también tienen la mejora. El Estado, que paga los haberes de los actuales jubilados en parte con los afiliados al sistema público o de reparto, recibirá menos fondos.

La reducción del aporte jubilatorio significa que esos 3,8 millones de trabajadores recibirán 180 millones de pesos más por mes, lo que representan casi 2.400 millones de pesos anuales.

En promedio, la mejora es de 48 pesos por trabajador. Pero para el 55% de los 3,8 millones de trabajadores en relación de dependencia que gana menos de 700 pesos por mensuales, la mejora en el ingreso oscila entre 14 y 42 pesos por mes. Para otro casi 20% que gana entre 700 y 1.100 pesos, la mejora va de 43 a 66 pesos. Y del resto, el 15% tendrá una suba del ingreso de bolsillo de 67 a 109 pesos, mientras que el 10% que gana más de 2.000 pesos podría llegar a mejoras de hasta 216 pesos, si el sueldo bruto es de 6.000 pesos.

A mayor sueldo, la mejora del ingreso es decreciente por dos factores:

- El impuesto a las Ganancias: una parte de la suba del salario de bolsillo es retenida por la empresa por el mayor alcance de Ganancias. Así, por ejemplo, quien gana 2.000 pesos, no recibiría una mejora de 120 pesos sino de 109 pesos.
- El descuento jubilatorio se aplica hasta 4.800 pesos, aunque el trabajador gane más de esa suma. Entonces, como máximo, la rebaja del aporte 11 al 5% sería de 288 pesos (6% sobre 4.800 pesos) pero con la retención de Ganancias, esos 288 pesos se convierten en 216. (*Clarín*, 02/12/2001)

Aumenta la concentración de renta en Uruguay - El 10 % más rico de la población uruguaya se lleva el 27% de los ingresos de los hogares según un estudio de la CEPAL, un organismo de las Naciones Unidas. Sobre fines de la década de los 90, si bien todos los hogares de la sociedad vieron bajar sus ingresos, el 10 % más rico logró quebrar su tendencia a la baja (registrada desde comienzos de los 90), incrementándolos.

En el período 1997 a 1999, los pobres quedaron más pobres, aquellos que integran la clase media también vieron descender sus ingresos, mientras que algo similar sucedió con la clase anterior a los más ricos, o sea la denominada "clase media alta".

Cuando la CEPAL realiza su estudio sobre distribución de ingresos de los hogares, crea cuatro categorías: el 40% más pobre; el 30% siguiente; el 20% anterior al 10% más rico y el 10% más rico.

Es destacable que, como sucedió en Uruguay durante el trienio 1997-1999, esta situación de desigualdad tendió a agudizarse en otras naciones.

A nivel de Latinoamérica se destaca que en la actualidad el 43% de las personas viven en la pobreza, mientras que 18,5% lo hacen en la indigencia.

En 1999 el porcentaje de las personas pobres superó el de 1980, con algo más de 211 millones de personas sumidas en esa condición y 89 millones de ellas subsistiendo bajo la línea de indigencia.

Entre 1990 y 1999 la pobreza en Latinoamérica aumentó en 11 millones. El país que más redujo la pobreza fue Brasil, seguido por Costa Rica, Guatemala y Uruguay. (*La República* 26/11/01).



Mercosul Terrorismo en la agenda regional-

Los ministros de Justicia del Mercosur, más Bolivia y Chile, celebraron ayer su reunión semestral en Montevideo, firmaron cuatro acuerdos de cooperación y una declaración de condena al terrorismo por los atentados del 11 de setiembre en Nueva York y Washington, y expresaron su solidaridad con los familiares de las víctimas y el gobierno estadounidense. Asimismo, se comprometieron con el desarrollo de políticas preventivas y represoras de actos terroristas en la región.

Preocupación. En este sentido, el ministro de Educación y Cultura, Antonio Mercader, dijo a El Observador que existe "preocupación especial" por la situación en la triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay, y por la presencia de representantes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia en la región. En cuanto al tráfico de armas y los delitos transnacionales, Mercader apuntó que "deben ser enfrentados con una actitud colectiva".

Los secretarios de Estado se comprometieron a trabajar para la pronta aprobación de instrumentos de asistencia jurídica y cooperación jurisdiccional en materia penal.

Tras conocer los resultados del encuentro de los ministros de Justicia, el titular del Interior, Guillermo Stirling, se mostró alentado "porque el Mercosur de la seguridad se va afianzando". "Se está construyendo un formidable banco de datos al servicio de todas las Policías", apuntó Stirling.

Los firmantes de la declaración de condena al terrorismo de los ministros de Justicia fueron: Jorge Enrique de la Rúa (Argentina), Aloysi Nunes Ferreira (Brasil), Silvio Ferreira Fernández (Paraguay), Antonio

Mercader (Uruguay), Mario Serrate Ruiz (Bolivia) y Jaime Arellano Quintana (Chile). (El Observador, 01/12/2001)

Mercosur impulsará negociación 4+1 con EE.UU - La cumbre del MERCOSUR (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay), que se realizará los días 20 y 21 de diciembre en Montevideo, dará mayor impulso a la negociación de liberación comercial con Estados Unidos, en formato 4+1, informó el canciller Didier Opertti.

Opertti confirmó que el Consejo de Ministros y la Cumbre del bloque aplazaron una semana- originalmente se preveían los días 13 y 14 de diciembre- a pedido del presidente chileno Ricardo Lagos, que participará como invitado especial, al igual que su colega boliviano Jorge Quiroga.

El ministro de Relaciones Exteriores, en una improvisada rueda de prensa después de su acuerdo semanal con el presidente Jorge Batlle, adelantó que la cumbre abordará "tres grandes temas".

"En primer lugar el tema del relacionamiento externo, es decir, darle el mayor impulso a nuestra negociación con la Unión Europea y con Estados Unidos en el formato de 4+1, detalló. Añadió que el segundo tema será "tratar de resolver los problemas de comercio interno que tenemos en el MERCOSUR entre varios de nuestros países, están pendientes y tenemos que asociarlos obviamente a problemas de comercio interno que tenemos en el MERCOSUR entre varios de nuestros países, están pendientes y tenemos que asociarlos obviamente a problemas de políticas macroeconómicas". "El tercero, (será el capítulo institucional, es decir, los temas que hacen el mejoramiento de de nuestro sistema de solución de controversias con el establecimiento de un Tribunal Arbitral (permanente)", añadió.

Comentó además que sobre esta agenda de tres grandes temas, hubo acuerdo entre los cuatro socios del Mercosur" (*La República* 28/11/01)

Brasil e Argentina se acusan no Mercosul - A redução do comércio entre o Brasil e a Argentina está levando os dois países a serem mais agressivos na defesa da fatia que possuem no mercado um do outro. Este mês, o Tribunal de Arbitragem do Mercosul recebeu quatro queixas dos dois sócios, duas do Brasil e duas da Argentina.

Em um mês, os dois sócios levaram ao tribunal o mesmo número de reclamações que os dois países registraram desde que o tribunal começou a funcionar, a partir da assinatura do Protocolo de Brasília, em 1991.

Em novembro, o Brasil acionou o tribunal para resolver o problema da resolução 258, publicada em julho pelo governo argentino. Essa resolução diminuiu a margem de preferência que o Brasil possui, como membro do Mercosul, no mercado argentino com relação a outros países, nas exportações de produtos de informática e de telecomunicações.

O Brasil também levou ao tribunal o caso das listas com preços de referência. Neste ano, os argentinos adotaram um lista de preços mínimos. Os valores dos produtos brasileiros que chegam nas aduanas argentinas são checados. Se estiverem abaixo dessa lista, as autoridades do país vizinho iniciam uma investigação que pode deixar a mercadoria parada por semanas.

Os argentinos acionaram os juízes do Mercosul porque o Brasil passou a exigir que os produtos alimentícios argentinos contenham rótulos com descrição nutricional.

Embora o bloco tenha regras que permitam normas para a defesa da saúde e o Brasil tenha oferecido prazo para a indústria argentina adaptar-se, os argentinos acusam a medida de ser uma barreira às suas exportações.

A Argentina também está reclamando da demora do governo brasileiro para incorporar uma regra do Mercosul aprovada em 1996. A norma facilita os trâmites para o reconhecimento de requisitos fitossanitários. Como o Brasil ainda não se adaptou à regra, os argentinos estão tendo dificuldades na obtenção de autorização para exportar agrotóxicos para o Brasil. (*Folha de São Paulo*, 29/11/01)

Brasil quiere flexibilizar el Mercosur -La cancillería brasileña está insistiendo con una estrategia de diferenciación respecto de su vecino y socio contagioso, la Argentina.

Primero el ministro de Hacienda, Pedro Malan, recorrió el mundo para explicar a los inversores extranjeros que su país no tiene inconvenientes para pagar su deuda. Los mercados reaccionaron este mes con una baja del riesgo país brasileño, mientras sigue subiendo el argentino.

El presidente Fernando Henrique Cardoso llegó a declarar en Europa que las inversiones en Brasil están más seguras que en la Argentina. Ahora un grupo del Palacio de Itamaraty promueve una propuesta para flexibilizar el Mercosur en la próxima cumbre del bloque, que se celebrará en Montevideo el 20 y 21 del mes venidero.

En aquella flexibilidad se inscriben las negociaciones del gobierno brasileño para alcanzar acuerdos comerciales bilaterales con México y Sudáfrica. "Brasil no se quedará parado", declaró el secretario general de Itamaraty, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, al diario Valor, en referencia a las conversaciones con potenciales socios mientras la Argentina se debate en su crisis financiera.

Los coqueteos de Brasil con México y Sudáfrica generaron una reacción negativa en la cancillería argentina, según admitió una alta fuente de este ministerio. También provocó sorpresa, aunque aún no recibieron una notificación oficial.

"Es inútil que busquen convenios bilaterales", opinó el diplomático argentino consultado. "El Mercosur tiene desde junio de 2000 un mandato para negociar con México y selló a fines del año pasado un acuerdo marco con Sudáfrica", expuso el funcionario, que negó que estos procesos estén demorados por culpa de la Argentina.

Capacidad diluida - En el Palacio San Martín consideran que los acuerdos bilaterales de países del Mercosur con terceros diluye la capacidad de negociación externa del bloque. Por ejemplo, la Unión Europea tiene el mandato para negociar convenios comerciales sólo con uniones aduaneras, condición que se perdería si Brasil pacta por separado con México o Sudáfrica.

Alieto Guadagni, ex secretario de Industria y Comercio, observó que la esencia de la unión aduanera rechaza negociaciones "individuales". También descartó que Brasil vaya muy lejos con su propuesta flexibilizadora: "Es sólo pirotecnia".

Las declaraciones de Seixas Corrêa coinciden con las deliberaciones en la Argentina entre el Gobierno, los empresarios y los sindicatos para adoptar medidas que compensen el efecto de la devaluación del real. En Itamaraty dicen que la propuesta flexibilizadora apunta a inyectar un poco de oxígeno y vitalidad al bloque. Consiste en "permitir algunos pecados en el Mercosur sin derogar los diez mandamientos", tal como la definen diplomáticos brasileños.

Brasil pretende conferirle una dosis de flexibilidad al bloque para que las esporádicas crisis de los países no terminen trasladándose al Mercosur. El primer paso será blanquear medidas contrarias al espíritu del bloque, tomadas este año por Paraguay, Uruguay y la Argentina para compensar la devaluación del real. Para eso, se les pondría fecha límite a algunas de esas medidas.

Buenos Aires redujo unilateralmente el arancel externo común (AEC), base de la unión aduanera. También serían homologados y limitados los sobrearanceles aplicados por Uruguay y Paraguay para una lista de productos brasileños.

Asignatura pendiente - Reginaldo Arcuri, secretario del Ministerio de Desarrollo, dijo que se intentarán crear también los Foros Mercosur de sectores empresariales para definir inversiones conjuntas.

La integración de las cadenas productivas es la eterna asignatura pendiente del Mercosur. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, opinó que el gran problema del bloque es precisamente la falta de integración en diversos sectores, básicamente de infraestructura.

A pesar de las negociaciones bilaterales, Brasil volverá a defender en la reunión de cúpula en Uruguay la importancia del AEC -impuesto unificado que les cobran los países del bloque a los productos de otros mercados- como esencia del Mercosur.

En Itamaraty consideran que los eventuales pactos comerciales con México y Sudáfrica contemplarán la posibilidad de que los restantes socios del bloque también se sumen en el futuro. Brasil no quiere que la cumbre se convierta en escenario de debate de problemas comerciales de resolución técnica. (*La Nación/Argentina, 29/11/01*)

Brasil quer preservar o Mercosul- O embaixador José Botafogo Gonçalves, representante da Presidência da República para o Mercosul, será sabatinado na próxima terça-feira pela Comissão de Relações Exteriores do Senado, a quem caberá analisar a indicação do diplomata para o cargo de embaixador do Brasil na Argentina. Botafogo deverá assumir o novo cargo até o início de 2002 em substituição a Sebastião do Rego Barros, nomeado novo diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A previsão de Botafogo é de que ele assuma o novo posto mantendo a mesma linha que vinha sendo seguida pelo seu antecessor. "Não haverá mudança na política externa brasileira neste campo", disse ontem Botafogo, referindo-se ao Mercosul. Segundo ele, o objetivo é preservar a integração do bloco e esperar que a Argentina tenha condições de voltar a crescer, o que "é bom para o Brasil".

Ao falar ontem para empresários sobre as negociações internacionais nas quais o Brasil está envolvido, na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Botafogo previu que a abertura do mercado agrícola europeu, nas negociações do acordo de livre comércio entre União Européia e Mercosul, dependerá do

avanço das discussões multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). "Tanto a União Européia como os EUA já haviam dito que suas posições na área agrícola não seriam modificadas em função de negociações bilaterais." Ele estimou ainda que a partir de 2002 será possível ao Mercosul obter avanços significativos na negociação com os europeus levando-se em conta os compromissos assumidos na reunião da OMC no Qatar. Estas decisões também vão influenciar as negociações para formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), afirmou. Botafogo informou que ainda não foi definido seu substituto como embaixador especial para o Mercosul, cargo criado para durar até o final do atual governo, mas defendeu a manutenção do cargo. (*Valor Econômico*, 29/11/01)

Fronteras – siguen los conflictos

Encarnación-Posadas - Bbloqueo de puente duró más de cinco horas - Unos 50 taxifleteros decidieron cerrar el viaducto que une esta ciudad con la de Posadas (Argentina) en protesta por las medidas restrictivas que establecieron las autoridades aduaneras argentinas con respecto al tránsito de mercaderías de producción nacional. El cierre se produjo a las 05:20 y culminó a las 10:45 de ayer, luego que el fiscal en lo penal Eduardo Petta San Martín exigiera la normalización del tránsito en el área.

Estas personas, que normalmente solían transportar materiales de construcción a Posadas (Argentina), desde hace un mes están imposibilitados de seguir trabajando, dado que existe una resolución que impide llevar mercaderías como ladrillos, tejas, puertas, ventanas, pisos, etc., de producción nacional a dicha ciudad.

Esta semana se resolvería el problema generado por la Argentina, a través de la reducción del cupo de compras en frontera, y que ha provocado ayer el bloqueo del puente Encarnación-Posadas. El canciller José Moreno Ruffinelli advirtió ayer que, en el caso de que no se logre un resultado favorable, Paraguay adoptará algunas medidas que -en su momento- serán dadas a conocer. (*ABC Color*, 29/11/2001)

Foz de Iguazu-Ciudad Del Este - Brasil prepara otro golpe contra los "sacoleiros"- La Receita Federal prepara otro golpe contra los sacoleiros. Ya no permitirá que los ómnibus que transportan a los turistas compradores lleven mercaderías, con el argumento que están haciendo "flete turístico irregular". El delegado de la Receita en Foz de Yguazú, Mauro de Brito, sostuvo que solamente las empresas transportadoras, que utilizan camiones, están habilitadas para transportar mercaderías. Aunque no se dio fecha para el inicio de esta nueva restricción, la misma sería inminente. Mas noticias sobre el tema en

Sindicato Mercosur

Confirmado novo embaixador brasileiro para Assuntos do Mercosul- Uma fonte do Itamaraty confirmou o nome de Clodoaldo Hugueney como o novo ocupante do cargo de embaixador especial para Assuntos do Mercosul. O cargo indefinido, devido à transferência do atual ocupante, José Botafogo Gonçalves, para a posição de novo embaixador do Brasil na Argentina.

Segundo a fonte, o governo pretende unificar o cargo de representante do presidente da República no Mercosul com o cargo de secretário-geral de Assuntos de Integração e Comércio Exterior. Esta última posição é ocupada atualmente pelo embaixador Graça Lima, que foi indicado recentemente para representar o Brasil na União Européia. (*Panorama Brasil*, 01/12/2001)

Uruguay y Argentina firmarán convenio para construir puente binacional - El canciller uruguayo Didier Operti , firmará el viernes en Montevideo, con su par argentino Adalberto Rodríguez Gavarini convenios vinculados a la construcción del puente Salto-Concordia y la libre circulación de personas de ambos países.

Durante la visita, ambos cancilleres firmarán las "notas reversales" para la construcción de un puente urbano entre las ciudades de Concordia y Salto en Uruguay, y un memorandum sobre la libre circulación de personas de ambas nacionalidades. En tanto, el memorándum sobre "Libre Facilitación del Tránsito de personas" de ambas nacionalidades, está dirigido a instrumentar un plan piloto que libere la movilidad de argentinos y uruguayos. A través de esta resolución, cada país deberá asegurar un sistema integrado de control migratorio, y se buscará compatibilizar la legislación migratoria. Rodríguez Gavarini aprovechará la visita al vecino país para "dialogar" con Operti sobre temas de "carácter bilateral, regional y global". (El País/Uruguay, 29/11/01)

Brasil não aceita mais produtos estrangeiros via Paraguai- O governo do Brasil não aceitará mais que produtos estrangeiros, importados pelo Paraguai, entrem via esse país em seu território através de contrabando de sacoleiros, informou o embaixador brasileiro em Assunção, Luiz Augusto de Castro Neves. "O que não podemos aceitar é que se faça um comércio bilateral entre dois países, que são vizinhos, sócios, através de contrabando de sacoleiros, que vem comprar produtos que não são feitos no Brasil nem no Paraguai" na Ciudad del Este, fronteira com a paranaense Foz do Iguaçu, a 350 kms de

Assunção, num fluxo comercial que sua embaixada estima em dois bilhões de dólares anuais. De Castro Neves, consultado pela imprensa num seminário internacional em Assunção, sobre corredores bioceânicos do Fórum de Cooperação América Latina e Ásia do Leste (FOCALAE), que terminou esta sexta-feira, 30, reafirmou a necessidade dos severos controles que mantém a Receita Federal nas fronteira paraguaio-brasileira quando se aproximam as festas de fim de ano. (AFP) (*Global 21*, 30/11/2001)

ALCA, UE, OMC

Brasil perde US\$ 13 bi ao ano com barreiras de mercados externos - As barreiras sofridas pelos produtos brasileiros em diferentes mercados externos causam uma perda de US\$ 13 bilhões ao ano nas exportações brasileiras. Segundo a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Lytha Spíndola, as maiores restrições sofridas pelos produtos brasileiros no exterior estão no setor agrícola. "Somente o açúcar nos Estados Unidos recebe US\$ 600 por tonelada em subsídios, sendo que esta soma para o produto sobe para US\$ 800 por tonelada, em se tratando da União Européia (UE)"

A secretária explica que há três tipos de barreiras: tarifárias, não tarifárias (que inclui medidas anti-dumping e de salvaguarda) e técnicas (que detêm as restrições técnicas). A secretária citou como uma grande vitória brasileira a questão dos subsídios agrícolas ter sido colocada, pela primeira vez, na agenda da Quarta Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em outubro em Catar.

O aço foi outro produto citado por Lytha. De acordo com a secretária, 50% das ações de anti-dumping feitas pelos Estados Unidos este ano foram referentes ao setor siderúrgico. "O governo está acompanhando de perto esta questão do aço; foram feitas conversações bilaterais sobre o problema", afirmou, acrescentando que o Brasil é competitivo neste setor. (*Invest News - Gazeta Mercantil*- 30/11/2001)

Brasil rejeita formalmente a proposta dos EUA para o aço -O governo brasileiro vai anunciar hoje aos Estados Unidos que não concordará em reduzir a capacidade de produção da indústria siderúrgica nacional. A medida está sendo proposta, mundialmente, pelo Departamento de Comércio daquele país para disciplinar a concorrência no setor.

O embaixador Valdemar Carneiro Leão, que coordena o comitê criado para acompanhar as questões comerciais de produtos siderúrgicos com os EUA, recebe hoje em Brasília uma missão chefiada pelo subsecretário adjunto do Departamento de Comércio, Joseph Spetrini. "Vamos dizer que o Brasil tem um dos mais baixos custos de produção do mundo e não existe no País capacidade ineficiente no setor de siderurgia", disse Carneiro Leão. Ele participou ontem da solenidade comemorativa aos dez anos de privatização do setor siderúrgico, que foi marcada por declarações de empresários contra o protecionismo internacional e em defesa do ganho de escala da indústria nacional.

"O governo tem de lutar com unhas e dentes pelo setor, que é competitivo", disse Maria Sílvia Bastos Marques, presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Segundo ela, as usinas ineficientes hoje não estão no Brasil, mas no Leste Europeu e nos próprios EUA. "Há siderúrgicas nestes locais que estão tendo grande dificuldade de sobreviver e é necessário adequar a demanda à oferta, ainda mais porque nos próximos dois anos o crescimento mundial não será relevante", afirmou a executiva. (*Estado de São Paulo*, 29/11/01)

Investimentos estrangeiros totalizarão US\$ 20 bi este ano, diz Malan- Os investimentos estrangeiros no país, que totalizaram US\$ 18,4 bilhões de janeiro a setembro, deverão encerrar o ano com cifras totais de US\$ 20 bilhões este ano. A informação foi dada nesta sexta-feira (30), em São Paulo, pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan.

"Noventa e sete por cento do déficit em conta corrente foi financiado até outubro", afirmou o ministro. Para ele, a menos que aconteça uma catástrofe ou as linhas de financiamento se esgotem, a situação é completamente administrável para o próximo ano. (*Panoramabrasil*, 30/11/2001)

EMPRESAS E SETORES

Repercusiones dispares entre los empresarios y los

economistas - La limitación de los retiros de fondos de los bancos y la "bancarización" forzada de los pagos de todo tipo de operaciones comerciales generaron ayer reacciones dispares entre los economistas y empresarios. Mientras algunos analistas estimaron que las medidas ayudarán a controlar la evasión al atacar los pagos en negro, los empresarios consideraron que beneficiarán sólo al sector financiero y no alcanzarán para salir de la recesión.

El titular de la Unión Industrial Argentina (UIA), Ignacio de Mendiguren sostuvo que "la pérdida de los depósitos es un tema dramático que se debía haber evitado hace mucho tiempo. Acá hay una urgente necesidad de preservar tanto el nivel de los depósitos, como la cantidad de reservas". De Mendiguren consideró que "todavía es muy prematuro" predecir cuál será el impacto de las medidas sobre la economía real y el nivel de actividad.

En tanto, el ex secretario de Planificación Económica, Miguel Bein señaló que las medidas conocidas ayer "se podían haber tomado antes para evitar que quedaron en el camino 3.000 millones de dólares de las reservas del sistema".

El economista radical que consideró que "el nuevo esquema de operaciones bancarias servirá para disminuir los pagos en negro que se registran en casi todos los hogares. Pese a la incomodidad que le generará a la gente, el resultado de las medidas apunta a ser positivo por el mayor control del movimiento de fondos".

Desde el sector agropecuario, el titular de Coninagro, Mario Raiteri, destacó que "lamentablemente estas medidas siguen siendo de coyuntura y de maquillaje y no servirán para la solución de los problemas de fondo".

Raiteri remarcó que "otra vez se privilegia la situación del sector financiero que nos viene esquilmando a todos los argentinos desde hace varios años". Agregó que la restructuración de la deuda "tenía que haber sido más profunda para poder reactivar la economía y pagar las obligaciones externas con nuevas reglas de juego atadas a la producción".

Por su parte, el titular de la Federación Agraria Argentina (FAA), Eduardo Buzzi, señaló que las medidas "fueron inducidas por los bancos que generaron la sensación de corrida y pánico entre la gente". Buzzi expresó su preocupación "de que estos cambios sean el principio de una dolarización que congele los actuales precios relativos que son terriblemente perjudiciales para el sector agropecuario". En tanto, el economista de Standard and Poor's Sebastián Brioso se mostró de acuerdo con la posibilidad de restringir el retiro de depósitos bancarios, al señalar que "se trata de una medida defensiva para evitar la caída del sistema financiero, lo cual sería algo terrible para la economía".

Por su parte, el economista Marcelo Lascano sostuvo que las medidas "pueden profundizar la desconfianza y la falta de credibilidad. El mundo opera de otra manera y por alguna razón nadie compra este modelo económico que tenemos".

El presidente de la Sociedad Rural, Enrique Crotto manifestó que "vamos camino a una dolarización" y que ante esta situación "todos los empresarios tienen que tomar medidas urgentes para provocar un golpe de confianza en la Argentina".

En tanto, el ex ministro de Economía Roque Fernández opinó: "Se están atacando las consecuencias y no las causas, porque la gente que retiró sus depósitos no le tiene confianza al Gobierno". (Clarín, 02/12/2001)

Fundos latino-americanos sofren nova sangria em outubro- O impacto dos atentados terroristas de setembro aos EUA, somado a um esfriamento da atividade econômica mundial que já vinha sendo previsto desde o segundo trimestre deste ano, provocou sangria de US\$ 3,94 bilhões na captação de recursos pelos fundos de investimento da América Latina em outubro.

Segundo o levantamento mensal feito pela Thomson Financial Invest Tracker, que publica o boletim Latin Fund Report, a captação em outubro foi reduzida em quase todos os mercados da região, particularmente no Brasil, México e Argentina, justamente os mais importantes e com maior patrimônio. Os mercados de menor tamanho, como Chile, Peru e Uruguai, conseguiram captação positiva mas, ao todo, houve saída líquida de recursos (resgates superando aplicações) de US\$ 3,94 bilhões na região em outubro.

"A queda na captação já vinha sendo registrada desde o segundo trimestre, mas em outubro tivemos bem claro o reflexo do fatídico mês de setembro e da crise que se seguiu", diz José Cássio Bariani, presidente da Thomson Financial Invest Tracker. Ele lembra que, entre as tendências mais fortes verificadas na região está a preferência dos investidores pelos fundos de renda fixa, especialmente pelos produtos de renda fixa lastreados em dólar, como acontece na Argentina.

Outra tendência que fica cada vez mais evidente pelo resultado dos levantamentos, diz Bariani, é o crescimento dos fundos de investimento com perfil de previdência. “O que mostra o interesse do investidor pela diversificação de aplicações e a demanda por produtos de aposentadoria complementar na região”.

A indústria de fundos do continente latino-americano, que concentra um patrimônio total de US\$ 170,7 bilhões, tem no Brasil seu mais importante mercado, com uma fatia de 77% do patrimônio de fundos da região, o que significa patrimônio de US\$ 130 bilhões. No mês de outubro, a indústria brasileira registrou perda líquida de US\$ 1,2 bilhão, ou seja, os resgates superaram em US\$ 1,2 bilhão o volume aplicado. Com esse resultado, acredita Bariani, deverá ser revista a projeção de crescimento de 20% para o patrimônio da indústria brasileira de fundos. “O setor deve terminar o ano com algum crescimento, mas certamente não será de 20%”. A distribuição de recursos dos investidores brasileiros continua ancorada basicamente em carteiras de renda fixa, graças à alta rentabilidade e segurança oferecidas pela política de juros altos. Os fundos cambiais, que foram a vedete do ano por causa da valorização do dólar até outubro, já começaram a reverter esse processo e no mês de novembro (até hoje, dia 27), perderam aproximadamente US\$ 500 milhões. “Apesar da queda do dólar e da perda de rentabilidade desses fundos em novembro, os cambiais devem fechar o ano como o grande destaque no mercado brasileiro”, acredita Bariani.

No México, houve perda líquida (resgates foram superiores às aplicações) de US\$ 2,8 bilhões, como resultado de uma desvalorização de 3,5% da moeda local em setembro, queda no PIB mexicano de 1,12% no terceiro trimestre do ano e fuga de US\$ 457,6 milhões em investimentos estrangeiros depois dos atentados terroristas. “Até setembro, a indústria de fundos no México vinha crescendo mês a mês, até porque a legislação do país passou a permitir o lançamento de fundos de fundos, ou seja, fundos que aplicam em cotas de outros fundos”, explica Bariani.

Na Argentina, a crise econômica vem castigando fortemente o mercado de fundos. Em outubro, houve retiradas superiores a US\$ 951,8 milhões e, segundo o presidente da Thomson Financial Invest Tracker, embora os mercados estejam um pouco mais calmos no Brasil, a situação na Argentina ainda é de muito nervosismo e insegurança para os investidores. No acumulado do ano, a indústria de fundos da América Latina registrou crescimento real de 5,31% até outubro. (*PanoramaBrasil*, 27/11/2001)

NOTAS E CORRESPONDENCIAS - CIOSL/ORIT condena asesinato de dirigente

sindical brasileiro - La Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT) rama continental de la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (CIOSL) envió una misiva al presidente de la República de Brasil, Fernando Enrique Cardoso condenando el asesinato del dirigente Aldanir Carlos Do Santos, ocurrido el pasado 24 de noviembre de 2001. El compañero era presidente del Sindicato de Trabajadores de la Industria de Energía Eléctrica (SINTEGIA) río de Janeiro y miembro del Comité Ejecutivo de nuestra afiliada en Brasil la Central Única de los Trabajadores (CUT). Este dirigente sindical y luchador social fue activo promotor de la organización de los/as trabajadoras/es y destacado defensor de los derechos de las comunidades negras. La CIOSL/ORIT repudia este nuevo asesinato de un dirigente sindical y exige en la comunicación al Presidente realizar todas las actuaciones que conduzcan al total esclarecimiento de este crimen y el castigo a sus responsables. (*ORIT, Reporte de Prensa* – 29/11/2001)

Novo site do Sindicato dos Químicos do ABC - O novo site permite às entidades e público em geral conhecer a estrutura do Sindicato, a sua história, ampliando os canais de comunicação com a população. O objetivo é elevar a capacidade de ação sindical, informando online assuntos de destaque na categoria.

Para o químico, ficou mais fácil tornar-se sócio do Sindicato ou conhecer os projetos sociais, como o Alquimia, além de informar-se sobre as atividades de formação sindical.

O novo site, além de fonte de pesquisa para profissionais da imprensa, estudantes e professores, ! é mais uma ferramenta na organização dos trabalhadores químicos do ABC.

Visite: www.quimicosabc.org.br